

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE,
REALIZADA NO DIA QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE -----

----- **ATA NÚMERO TREZE** -----

----- (Mandato 2013-2017) -----

----- Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e quinze reuniu na sua Sede, sita na Rua Conde de Arnoso número cinco-A, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Luís Filipe Nunes Coimbra Nazaré, coadjuvado por Margarida Alexandre Nascimento Afonso, como, Primeira Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Joana Vanessa Henriques Medeiro, Mário Joaquim Gomes Branco, Maria Cristina Alves Campos, António Diogo de Carvalho Gongó Carvalheda, Miguel Pinto da Fonseca Fróis Borges e José Maria Lucas da Silva. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Armando Dias Estácio, Valdemar António Fernandes Abreu Salgado, Diogo Vasco Gonçalves Nunes de Bastos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Maria Manuela Silva Correia de Brito e Nunes Santos, Francisco Luís Ferreira Bento e Catarina Maria Martins Vaz Ferreira e Silva. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Pedro Miguel Gomes Bastos e Tiago José Pereira Magro. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** João Luís Lima de Moraes. -----

----- **Do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP):** José Lima Andrade dos Santos Correia. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- José Alberto Conceição Reis, que justificou a sua ausência e foi substituído por José Maria Lucas da Silva. -----

----- Ana Cláudia Figueiredo de Oliveira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Miguel Pinto da Fonseca Fróis Borges. -----

----- Aquino José Mário de Noronha, que justificou a sua ausência e foi substituído por Tiago José Pereira Magro. -----

----- Mariana Raquel Aguiar Mendes Teixeira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Catarina Maria Martins Vaz Ferreira e Silva. -----

----- Às vinte e uma horas e quinze minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Começou por informar que na primeira convocatória aparecia um ponto 4, “Outros assuntos de interesse para a Freguesia” e posteriormente fora enviado um aditamento com o ponto 5 “Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização de celebração de Protocolo com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nos termos da Proposta nº 127/2015”. -----

----- Sugeriu que a ordem fosse invertida e que o ponto 4 passasse para 5 e vice-versa.--

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Freguesa Isabel Gomes** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Vinha falar mais uma vez da Rua Infante Dom Pedro, que neste momento já está muito mais limpa do que estava. A obra está quase completa, mas há sempre um mas e o contentor da obra, como eu tinha alertado aqui na reunião, mantém-se na rua a ocupar um espaço de três viaturas.* -----

----- *Tinha também levantado aqui o problema do espaço da Santa Casa da Misericórdia, foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara que aquilo estava resolvido e afinal não, a obra está feita e neste momento voltaram a pôr a rede.* -----

----- *Eu gostaria de saber se a Junta de Freguesia tem alguma influência no que diz respeito ao espaço público utilizado em esplanada. Eu penso que agora faz parte das*

vossas responsabilidades e efetivamente temos naquele espaço, que agora ficou bonito, uma situação desajeitada de um indivíduo que abriu um restaurante e que utiliza o passeio todo, que inclusivamente utiliza o espaço de viaturas para colocar um... (impercetível)-----

----- Por último, queria levantar a questão do elevador. Foi-nos dito aqui que o elevador já estava feito e o facto é que passado este tempo todo nós não vislumbramos a situação do elevador ser resolvida.”-----

----- **Freguês João Castela** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Estou aqui em representação do Movimento do Comércio do Bairro de Alvalade, um conjunto de comerciantes que se fazem aqui representar, e gostávamos de saber mais informações sobre o estado do estudo que está a ser levantado sobre o fecho ao trânsito na Avenida da Igreja e ruas envolventes.-----

----- Também estou em representação dos comerciantes instalados no Mercado de Alvalade, que se queixam do mau estado principalmente das instalações sanitárias e alguns problemas estruturais, nomeadamente vidros partidos e os aparelhos para as moscas, que estão não só desligados, como não cumprem hoje os requisitos que são exigidos pelas normas da ASAE.”-----

----- **Freguês Miguel Silva** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sou habitante aqui da Freguesia e também em representação da Associação de Moradores do Bairro de Alvalade.-----

----- Fazia a pergunta ao Executivo e às restantes forças políticas, se têm conhecimento do projeto que está em discussão pública no site da Câmara previsto para a Avenida da Igreja, se têm conhecimento da análise SWAT, nomeadamente das muitas ameaças que se prevê que sejam bastante penalizadoras na Avenida da Igreja e sua envolvente.-----

----- Qual é a posição não só do Executivo, mas também das restantes forças políticas? Era bom ficarmos a saber esse posicionamento e quais são as medidas a tomar, contra ou a favor, ou até de esclarecimento.”-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse, quanto à Rua Infante Dom Pedro, ficar satisfeito que o resultado da obra finalmente pudesse levar algum agrado-----

----- Elogiou o esforço cidadão com que, a todo o tempo e durante o turbulento processo daquela empreitada, sempre com grande serenidade a freguesa Isabel Gomes tinha levado os problemas à Assembleia de Freguesia, a acrescentar àqueles que se iam verificando no dia-a-dia, permitindo um diálogo frequente e proveitoso com o dono da obra, que era a Câmara Municipal de Lisboa, e permitindo introduzir alguns melhoramentos, designadamente ao nível da iluminação. Recordava-se bem disso ter sido falado pela freguesa na última intervenção na Assembleia de Freguesia, assim como a questão das papeleiras.-----

----- Faria o mesmo em relação aos aspetos que eram apresentados na presente reunião. Quanto ao contentor da obra, teria que encaminhar esse comentário, que agradecia, para a Câmara Municipal de Lisboa para que o empreiteiro desmontasse de forma definitiva o estaleiro se a obra já tivesse sido recebida definitivamente. Podia dar-se o caso de ter havido receção provisória e não ter havido ainda receção definitiva, podendo ainda haver alguns trabalhos a que o empreiteiro seria obrigado. Não tinha informação com esse detalhe no momento, porque a obra não era da Junta de Freguesia, mas tudo faria para procurar que essa situação fosse resolvida no mais curto espaço de tempo.-----

----- Quanto ao espaço da Santa Casa da Misericórdia do Sardoal, ao que sabia e não tinha informação total sobre o cadastro daquele terreno, o acordo a que a CML chegara com a Santa Casa da Misericórdia do Sardoal era só relativo à porção do terreno que obstava à ligação entre os dois troços, nascente e poente, da Rua Infante Dom Pedro. A Santa Casa da Misericórdia do Sardoal mantinha-se proprietária do troço que se

encontrava vedado e a vedação era precisamente para que não houvesse estacionamento selvagem nem deposição de resíduos sólidos no interior daquele terreno, que seria o que de imediato sucederia se ele ficasse completamente acessível, mas ele era ainda da propriedade da Santa Casa da Misericórdia do Sardoal. Pensava ser isso que se estava a passar. -----

----- A vedação era para proteger, mas em relação àquele troço em concreto não era de domínio municipal e, portanto, não fora intervencionado no contexto da obra que ali se tinha realizado. -----

----- Se a Junta tinha influência no espaço público para a utilização de esplanadas, tinha e iria verificar junto dos serviços se essa esplanada em concreto se encontrava regularmente licenciada ou não e enviaria a fiscalização para saber se a esplanada estava a ser implantada nos termos do licenciamento efetuado. Podia depois informar por escrito dos resultados dessa diligência. -----

----- Quanto à intervenção do Senhor João Castela, não havia informação nova sobre o estado da discussão pública relativamente ao projeto “Uma Praça em Cada Bairro” para a Avenida da Igreja. Persistia a discussão pública mas com um número muito baixo de contributos. -----

----- Era engraçado que viviam na Freguesia, sabiam existir alarmes diversos em relação a essa obra, mas depois eles não se traduziam em contributos para a discussão pública em concreto. Não podia deixar de considerar que esse era um problema da saúde e da qualidade da democracia, porque aquilo que seria normal era, não obstante as normais discordâncias, as pessoas pensavam de maneiras diferentes, mas que num processo de discussão pública completamente em aberto, sem haver nenhuma decisão tomada relativamente a esse projeto, que as populações não canalizassem as suas energias para aquilo que era mais simples, que era contribuir para uma discussão pública serena, normal, e que se empenhassem até do ponto de vista da energia física naquilo que era bastante mais complicado, que era a recolha de assinaturas e por aí fora. -----

----- Aquilo que tinha a dizer quanto a isso era que o que estava decidido pela parte da Junta era, uma vez eleitos os órgãos sociais da Associação, que cumprimentava na pessoa do Miguel Roque, convidaria esses órgãos sociais para participar num encontro sobre essa matéria, no qual se procuraria que estivesse o Senhor Vereador Manuel Salgado no sentido de haver um esclarecimento mais profundo e mais próximo de quem tinha efetivamente o poder de decisão. -----

----- Do resultado da consulta se definiriam os próximos passos. A discussão pública continuaria serenamente naquilo que era um processo completamente em aberto e que podia ter diferentes decisões, desde executar o projeto que estava em discussão pública, executar um projeto diferente daquele que estava em discussão pública, executar alguns elementos do projeto em discussão pública e outros não ou não executar projeto nenhum. Isso era da natureza da discussão pública. -----

----- O que infelizmente parecia suceder muitas vezes era que as pessoas já não confiavam que as discussões públicas eram processos genuínos de auscultação da população e cavalgavam num tipo de atitude que só seria compreensível se desse o caso dos projetos em discussão pública serem factos consumados, o que não correspondia minimamente à verdade. -----

----- Ficava o seu esclarecimento público perante o órgão de fiscalização do Executivo sobre aquilo que era o estado das coisas ao momento e que correspondia ao ponto de situação relativamente a esse projeto. -----

----- Permitia-se a uma precisão relativamente à forma como tinha sido qualificado o projeto, como fecho de trânsito na Avenida da Igreja e ruas envolventes. As ruas envolventes nunca tinham estado em cima da mesa, nem estava no site da Câmara o

corte do trânsito. O que estava para a Avenida da Igreja era a remoção do trânsito de atravessamento, tornando exclusivo para trânsito local, veículos de emergência e, como era uma zona comercial, para cargas e descargas. Trânsito local era um conceito amplo, que não significava só para residentes, era o trânsito de todos quantos se quisessem servir de alguma coisa que estivesse implantada dentro do território que estava exclusivo a trânsito local, fosse uma habitação ou um comércio.-----

----- O que se pretendia era afastar o trânsito de um indivíduo que ia de Marvila e queria ir para o Marquês de Pombal e que escolhia a Avenida da Igreja, tornando-a naquilo que era, e isso não era um detalhe, a avenida mais mortífera da cidade. O que diziam as estatísticas era que a Avenida da Igreja era a que tinha mais atropelamentos e em especial nas passadeiras, curiosamente, o que sucedia por razões óbvias, porque o estacionamento em segunda fila obstava à visibilidade dos atravessamentos pedonais e havia acidentes. -----

----- Diria com toda a clareza que a ter que fazer escolhas e a assumir um posicionamento, sendo que o Executivo da Junta de Freguesia ainda não deliberara sobre essa matéria, mas se o confronto um dia se pusesse entre interesses ou a vida e a integridade física de pessoas e bens, mesmo os titulares dos interesses saberiam onde se posicionar numa escolha dessa dimensão.-----

----- A discussão pública devia continuar, devia ser o mais madura quanto possível, devia conseguir auscultar aquilo que eram os interesses dos comerciantes, mas também aquilo que eram interesses distintos desses e que também eram de valorizar, como fossem os interesses dos moradores, dos visitantes, dos utilizadores daquela avenida. ---

----- Ninguém queria transformar aquela região numa região sem comércio, porque toda a gente conhecia a avenida e sabia que aquilo que mais caracterizava até a dinâmica pedonal da avenida era o comércio. Ninguém queria criar soluções que obstassem a essas características e, portanto, a discussão pública devia continuar com elevação, com serenidade, com correção institucional naquilo que eram interlocutores institucionais.---

----- O que era absolutamente claro era que nem a Câmara nem a Junta de Freguesia alguma vez tinham fechado as portas a quem quer que fosse. Quem tinha pedido reuniões tivera, quem tinha enviado pedidos de informação recebera informação, quem ia às reuniões públicas de Executivo tinha esclarecimentos, quem tinha ido à última Assembleia de Freguesia já tivera oportunidade de ouvir tudo aquilo que estava a dizer e que para a maior parte dos Membros da Assembleia já era uma repetição, porque na última Assembleia de Freguesia tiveram um cidadão a interpelar a esse propósito. -----

----- O que tinha a fazer era felicitar que se interessassem e convidar para que continuassem a participar nessa discussão.-----

----- Quanto ao Mercado de Alvalade, existia uma comissão representativa dos comerciantes, designada pelos próprios comerciantes, com a qual a Junta reunia sempre que era solicitado ou que entendia haver motivo para reunir. Com o devido respeito que tinha e o freguês João Castela sabia ser muito, não lhe reconhecia qualquer legitimidade representativa dos comerciantes do Mercado de Alvalade, que aos olhos da Freguesia não eram público em sentido elegível para uma Assembleia de Freguesia desse género. Na verdade eram inquilinos da Junta de Freguesia, tinham os seus canais próprios de comunicação com a Junta de Freguesia, canais que não lhes falhavam e, portanto, sem prejuízo de responder às questões, queria que ficasse absolutamente claro que a representatividade dos comerciantes do Mercado de Alvalade seria feita nos termos definidos entre a Junta de Freguesia de Alvalade e os comerciantes do mercado. A Junta não iria aceitar nem reconhecer legitimidade a quaisquer outros fenómenos pretensamente representativos que surgissem e, portanto, seria a última vez que responderia nessa matéria. -----

----- As instalações sanitárias, estava prevista a sua intervenção, bem como a substituição da iluminação, que era um processo mais complexo porque se pretendia instalar uma iluminação mais eficiente do ponto de vista energético. Para quem não soubesse, o Mercado de Alvalade Norte era o equipamento menos eficiente do ponto de vista energético que a Câmara Municipal dispunha sob sua gestão. O trabalho que se estava a realizar e que era visível porque tinha havido visitas técnicas, algumas das quais bastante aparatosas, do ponto de vista da instalação de equipamentos no mercado, era no sentido não apenas de substituir as luminárias que lá estavam, que eram muito dispendiosas do ponto de vista do custo da energia, o que tinha uma fatura financeira e ambiental à qual a Junta não era insensível.-----

----- Esse processo, do ponto de vista da contratação pública e da sua complexidade técnica, era muito mais elevado do que substituir as lâmpadas. Algumas vezes pensava-se que já era muito tempo para substituir as lâmpadas, mas estava-se a fazer um trabalho de maior profundidade, de levar aquele mercado para a modernidade.-----

----- Havia outras intervenções que tinham sido adiadas em face de ter havido a elaboração de um estudo bastante profundo, que na verdade era o único compromisso político que o Executivo tinha relativamente ao Mercado de Alvalade e deixava-o público para que não houvesse dúvidas a propósito de qual fora sempre a posição sobre o Mercado de Alvalade Norte. Aquilo com que o Executivo sempre se comprometera politicamente era com estudar a possibilidade da requalificação do Mercado de Alvalade Norte.-----

----- Esse estudo estava em curso e a meio desse estudo sentira-se que havia oportunidades que poderiam fazer com que ainda no atual ciclo político fosse possível iniciar a requalificação do mercado. Isso ainda não era absolutamente claro, mas todos os sinais apontavam nesse sentido. Todavia, poderia haver imponderáveis que ainda se manifestassem e que fizessem com que o calendário não pudesse ser esse, mas o compromisso que o Executivo se vinculara perante os seus eleitores era com o estudo de requalificação do Mercado de Alvalade Norte. Isso estava em curso e estaria seguramente concluído antes do final do mandato.-----

----- Porventura seria a pessoa que mais orgulho teria no exercício das funções se pudesse avançar com esse projeto de requalificação. Não havia quem estivesse mais motivado. Talvez o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia estivesse mais motivado e tinha a gentileza de oferecer o seu mentorado nesse processo de requalificação.-----

----- Ainda não havia dados suficientemente fiáveis para avançar com informação e quando a CML respondesse às interpelações que recebera muito recentemente sobre essa matéria, a Junta estaria em condições de divulgar isso publicamente.-----

----- Já tinha respondido no sentido de não haver ainda uma deliberação do Executivo relativamente ao projeto que estava em discussão pública e por isso mesmo não tinham que ter uma posição em cada momento do processo de discussão pública e tinha era que se proporcionar, animar e viabilizar uma discussão pública tão madura quanto possível relativamente a qualquer projeto que fosse incidente no território da Freguesia de Alvalade, mantendo essa abertura até ao momento final.-----

----- A partir do momento em que houvesse resultados fiáveis da discussão pública e em que efetivamente estivessem perante um projeto com condições para avançar, acrescentariam os contributos que ainda não se tivessem acrescentado ao longo da discussão e que eram diversos, como assumiriam uma posição pública sobre essa matéria.-----

----- Esse era o ponto da situação em que se encontravam relativamente a esses temas e ficava muito satisfeito por haver oportunidade de transmitir essa sua posição

publicamente. Já tinha transmitido a alguns dos presentes e mantinha toda a disponibilidade de continuar a contribuir para que esses canais se mantivessem abertos, no sentido de amadurecer a discussão, mas com todos os seus interesses representados no contexto da discussão. Havia contributos diversos que surgiam nas redes sociais, só tinha pena que não fossem canalizados para os canais oficiais de discussão pública que estavam abertos e onde poderiam ser efetivamente muito úteis para que o processo fosse maduro e encontrasse uma solução que melhorasse, caso fosse necessário melhorar, uma porção do Bairro de Alvalade. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS Nº 8, 9, 11 e 12** -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que a ata nº 11 tinha algumas imprecisões na página 24, onde dizia "...as despesas pagas relativas à ação social e educação foram apenas 9,81% da totalidade...", não era "educação" e sim habitação e não era "9,81%" mas sim 1,81%. Não estava reproduzido fielmente aquilo que tinha dito. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que provavelmente tinha sido uma gralha de troca de algarismo, mas a Mesa iria verificar e corrigir. -----

----- **Membro Diogo Bastos (PSD)** disse que, relativamente à ata nº12 sobre a sessão do 25 de abril, já tinha compromissos assumidos e não pudera estar presente mas na ata dizia só que faltava. Tinha falado para a Junta de Freguesia a dizer que essas reuniões marcadas com três dias de antecedência eram muito complicadas para as pessoas terem as suas coisas organizadas e, portanto, não podia estar presente nessa reunião porque tinha compromissos anteriormente assumidos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que aceitava essa explicação verbal, mas o que solicitava era que fizesse chegar uma nota por escrito. -----

----- **Membro Diogo Bastos (PSD)** referiu que tinha falado para a Junta de Freguesia uns dias antes, tendo-lhe sido dito que iriam dar essa informação ao Senhor Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que de qualquer forma, para o processo ficar rematado, agradecia que fizesse chegar um e-mail a dizer isso mesmo que acabara de dizer. Alterar-se-ia então a ata nº 12. -----

----- **Membro Diogo Bastos (PSD)** comentou que havia uma diferenciação entre as pessoas que tinham justificado a falta e as outras que não o fizeram. No seu caso tinha enviado um mail uma semana antes a justificar a ausência, mas concedia que fosse um lapso e era também uma questão de articulação. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que era natural haver a distinção entre quem justificava e quem não o fazia. Havia toda a abertura relativamente ao modo como as pessoas justificavam e não fazia sentido que fosse de modo diverso, de qualquer maneira havia um mínimo de formalidades a cumprir e não duvidava que a justificação tivesse ocorrido, mas era bom que fosse depois confirmada para haver sempre um registo histórico que permitisse fechar completamente o processo. -----

----- Quem faltava e não apresentava justificação, era falta pura e simplesmente. -----

----- Com a certeza de que se procederia às duas retificações nas atas 11 e 12, iria submeter à votação. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que se iria abster em relação à ata 11. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se era com a redação atual, com o compromisso de que ela seria alterada ou após a alteração. -----

----- **Membro João Morais (BE)** explicou que no momento abstinha-se, quando ela fosse alterada seria noutro sentido. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, provavelmente, não se tinha feito entender. O que tinha afirmado era que a ata 11 seria alterada confirmando-se o erro

apontado, do qual não duvidava. Isso era um compromisso que sempre tinha sido assumido, perante situações de facto a ata era alterada. Portanto, havia uma questão de honradez da Mesa e de confiança por parte dos Membros da Assembleia, de que essa alteração seria feita em conformidade.-----

----- Perguntou se, assim sendo, o Membro João Morais ainda se pretendia abster.-----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que assim não.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação as **Atas nº 8, 9, 11 e 12**, com as alterações efetuadas, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que tinha uma recomendação relativa à promoção do pluralismo na revista da Freguesia de Alvalade, no seguimento da anterior reunião da Assembleia.-----

----- **Recomendação** -----

“----- **PROMOÇÃO DO PLURALISMO NA REVISTA DA FREGUESIA DE ALVALADE**-----

----- *A Revista da Freguesia de Alvalade é uma publicação periódica que publicita as atividades que se vão desenvolvendo na freguesia, constituindo um veículo privilegiado de comunicação com os cidadãos da freguesia que entenderam eleger para a Assembleia de Freguesia várias forças políticas para os representarem. Como publicação periódica da Freguesia de Alvalade deve refletir a sua composição política plural, em respeito pelos princípios gerais de Direito, do regime constitucional da liberdade de expressão e demais direitos fundamentais.*-----

----- *Em 24 de Setembro de 2008, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social aprovou a Diretiva 1/2008, sobre as publicações periódicas autárquicas, onde se refere, no ponto nº 8, que “Tratando-se de publicações de titularidade pública e sujeitas ao respeito pelo princípio do pluralismo, encontram-se obrigadas a veicular a expressão das diferentes forças e sensibilidades políticas que integram os órgãos autárquicos”. A diretiva salienta também, no ponto nº 9, a necessidade de adoção de mecanismos de participação pública, em particular dos munícipes, assim como das associações e outras instituições locais.*-----

----- *Considerando o direito de participação consagrado na Lei nº 24/98, de 26 de Maio, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, e tendo em conta a necessidade de fazer cumprir as diretrizes consagradas na Diretiva 1/2008, de 24 de Setembro, da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a revista da freguesia deveria incluir nas suas edições as opiniões das diversas forças políticas que compõem a Assembleia de Freguesia.*-----

----- *Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, ao abrigo do artigo 9º, nº 2, alínea j) do Anexo 1 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, delibera o seguinte:*-----

----- *Recomenda à Junta de Freguesia que nas edições da Revista da Freguesia de Alvalade seja garantida a pluralidade política, consagrando um espaço onde as forças políticas presentes na Assembleia de Freguesia possam expressar a sua opinião.*-----

----- *O membro do Bloco de Esquerda - João Luís Morais.*-----”

----- **Membro Pedro Bastos (PCP)** disse que o PCP sugeria que fosse criada uma comissão para que no boletim houvesse algumas regras, com um elemento de cada partido, como fora feito relativamente ao Regimento.-----

----- **Membro João Morais (BE)** referiu que a recomendação ia no sentido de posteriormente haver necessariamente uma definição das regras, de como se concretizar a participação.-----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que o PS não poderia estar mais de acordo com a promoção do pluralismo e do equilíbrio de tratamento entre as várias forças políticas.

Contudo, relativamente à recomendação apresentada para utilização da revista da Freguesia, antevia alguns problemas de gestão. Por exemplo, em que medida seria atribuído o espaço a cada partido político, se era pela sua representatividade, o que aconteceria se houvesse um atraso no prazo de entrega ou de incumprimento do número de caracteres atribuídos, se ficava à vontade do editor da revista cortar o texto de acordo com a sua própria vontade ou não, o que parecia desadequado, e o que aconteceria se os partidos por alguma razão não pretendessem em determinada publicação escrever. -----

----- Isso acabava por gerar alguns problemas de gestão que geravam indefinição e que a revista, pela qualidade que ia apresentando, não devia estar sujeita. -----

----- Por aquilo que percebia da proposta do PCP, pela parte do PS seria de criar essa comissão com a representação de todos os partidos e liderada pelo Senhor Presidente, se concordasse, mas no sentido de criar as estratégias, que podiam passar pela utilização da revista ou não, de promoção desse equilíbrio de tratamento das várias forças políticas, conforme indicava a Diretiva da Entidade Reguladora de Comunicação. -----

----- **Membro Manuela Santos (PSD)** disse que tinha alguns *mix feelings* relativamente a isso. Por um lado seria normal e saudável que tivessem todos uma participação, mas percebia que do ponto de vista logístico não era fácil nem se calhar muito responsável. -----

----- A ideia de haver uma comissão parecia um pouco empurrar a solução para diante. Não acreditava muito nas comissões como forma de resolver problemas de uma maneira séria, mas por outro lado poderia ser uma solução possível. -----

----- De qualquer forma, ouvindo a posição que o Executivo da Junta tinha relativamente a esse assunto e tendo em conta também a necessidade logística de fecho da publicação, o espaço reservado, etc., poderia levar por exemplo, se houvesse abertura para isso, a um convite do Executivo da Junta a determinadas forças políticas no sentido de se mostrarem interessados. Acertavam o prazo e o número de caracteres, ou o número de palavras, porque tinha que ser reservado esse espaço. -----

----- Por um lado o pluralismo levaria a aceitar como boa a proposta do BE, por outro lado parecia que a operacionalização disso levaria a alguns conflitos. Portanto, gostava de ouvir a posição do Senhor Presidente sobre isso. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por dizer que não contava intervir nesse ponto. As moções e recomendações eram temas da Assembleia de Freguesia e deviam ser dirimidos entre os Membros da Assembleia de Freguesia, mas uma vez que era interpelado por alguém que sabia muito mais sobre comunicação e com a devida vénia, em respeito ao desafio, dava a sua opinião sobre essa matéria. -----

----- A sua opinião não tinha mudado relativamente à que tinha no mandato anterior. O PS na oposição, na Assembleia de Freguesia do Campo Grande, tinha proposto que esse tipo de espaço de pluralidade fosse assegurado pelas plataformas digitais. Não se recordava com detalhe dessa moção na última Assembleia de Freguesia, já tinha feito alusão a ela na altura e fizera o que devia fazer, que era lê-la. De facto a sua posição não mudara. -----

----- O espaço digital tinha como vantagem a possibilidade de poder ser alterado a todo o tempo, no momento em que o autor do texto, titular desse direito à pluralidade e liberdade de expressão, desejasse evoluir na posição que estava na plataforma digital. Não tinha restrições, salvo exageros materialmente insuportáveis, do ponto de vista do dimensionamento dos textos e era livre de um certo tipo de conflitualidade que a elaboração de uma publicação periódica tinha sempre. -----

----- A sua grande preocupação era saber o que seria, aos olhos da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, assegurar o equilíbrio político, se era dar estrita amplitude formal a todos os partidos independentemente da sua representatividade, para terem o mesmo número de caracteres no espaço a que tinham direito, ou seria atribuir caracteres

em função do resultado eleitoral autárquico ou do número de mandatos na Assembleia de Freguesia. Isso não era indiferente. Ao PS e ao PSD dava seguramente um texto, à CDU dava meio texto, ao CDS e ao BE dava um *tweet* ou um *sms*. -----

----- Essa era uma discussão que a comissão devia ter com toda a profundidade e por isso a comissão parecia uma ideia interessante e louvava o PCP por a apresentar. -----

----- Depois, fixados os limites e ultrapassado esse primeiro problema, havia o problema de terem 1000 caracteres e apresentarem 1100. Havia uma rejeição liminar do artigo por parte do editor da revista, havia um convite ao aperfeiçoamento, como se tratasse de uma peça processual. Seguramente não haveria edição do conteúdo, porque isso seria uma solução inaceitável. -----

----- Os prazos das revistas das freguesias eram muito curtos. A partir do momento em que se decidia que o próximo número sairia em tal data, o prazo de produção de texto, de paginação, por aí fora, eram prazos muito curtos. Se dissessem a uma força política que estava circunstancialmente na oposição que tinha quinze dias para apresentar um texto, logo seriam acusados de estarem a dar um prazo curto para a elaboração do texto por motivos de censura política e não por operacionalidade da edição. -----

----- Perguntou o que aconteceria se o texto chegasse no dia seguinte ao prazo, se não se publicava, censurava-se e publicava-se uma fotografia de banda desenhada a substituir o espaço que a força política tinha. -----

----- Era um tema com alguma complexidade e que podia levar a um nível de acrimónia entre as forças políticas no contexto da Assembleia. Na sua opinião isso não era um tema menor e, portanto, tinha dúvidas. Não tinha certezas sobre essa matéria e o Executivo estava disponível para se fazer representar na comissão que entendessem, mas o que lhe parecia era que havendo uma comissão que amadurecesse essa reflexão, que o Executivo tinha toda a disponibilidade para animar e para proporcionar as condições logísticas e até para participar, o pelouro da comunicação era diretamente assegurado por si e teria o maior gosto em participar nessa discussão, mas o que lhe parecia trágico era que essa comissão tivesse já uma espécie de caderno de encargos previamente definido pela Assembleia. -----

----- Se a comissão chegasse à conclusão, depois de uma discussão madura, que eram os suportes digitais que melhor davam resposta a esse problema, já estava condicionada por uma deliberação da presente data a dizer que a solução de pluralismo era na revista e não nas plataformas digitais, o que lhe parecia um condicionamento inaceitável para uma discussão verdadeiramente séria e profunda. -----

----- Era no sentido que não vinculassem já a comissão a essa recomendação, ou através da transformação da recomendação do BE apenas numa proposta de criação de uma comissão sem a vincular, ou removendo, ou rejeitando-a caso não houvesse concordância, como quisessem. -----

----- A crítica mais direta que o Executivo merecia era que o digital ainda não estava em pleno. De facto não estava, mas já tinha sido adjudicada à nova entidade que tinha responsabilidade de desenhar e, portanto, os trabalhos de produção de texto seriam em princípio também externalizados, porque não havia capacidade para fazer integralmente internamente. Era um trabalho que iria decorrer durante o período de verão. Não se comprometia com um calendário para depois não ter que se desdizer se alguma coisa corresse mal, mas era uma coisa que o Executivo estava empenhado em ver resolvida no próximo semestre. -----

----- Tinha sido um processo com vicissitudes complexas, mas que estava muito perto do seu fim e prova disso era o animado *facebook* que tinham, que era bastante visitado. Ainda não tinha o número de visitas que gostaria, ainda não se fizera divulgação paga da página do *facebook*, estava em reflexão, mas era uma plataforma que funcionava para

a comunidade, não funcionava só para a divulgação da atividade da Junta. Funcionava também para a dos clubes, do Maria Matos, de outros espaços culturais. Ia-se divulgando enquanto instrumento de comunicação do que se passava no território, ou do que tinha interesse ou com referência ao território e não apenas como plataforma de comunicação institucional, como sempre o Executivo dissera que seria a sua política de comunicação. -----

----- Repetia aquilo que tinha dito na última Assembleia de Freguesia, que o Executivo tinha a capacidade para se remover da revista e para a transformar num suporte de comunicação institucional limpo, inteligente, pouco carregado do ponto vista ideológico e com uma comunicação que fosse atraente, que fosse moderna, sem ser excessivamente aviltante às concessões mais tradicionais da comunicação institucional, mas que os fregueses encontrassem nela alguma coisa que lhes interessasse ou agradasse, sem ser aquela revista tradicional com 38 fotografias do Presidente de Junta e o número não era ficcionado porque já tinha contado numa. -----

----- Não se tinha feito isso. Se havia Executivo de Junta de Freguesia na Cidade de Lisboa que não podia ser acusado de usar os suportes de comunicação para esse tipo de finalidades, porventura seria o de Alvalade. -----

----- Também temia que a politização das oposições no conteúdo da revista pudesse fazer com que esse esforço se invertesse e a revista perdesse com isso algum do que era o seu foco comunicacional e que estava atualmente ao serviço da criação de uma identidade da Freguesia que ultrapassava as identidades anteriores com toda a naturalidade e que criasse uma marca forte de Alvalade, para a qual a revista era um instrumento notável. -----

----- Tinham-lhe pedido a opinião, ela não era simples, não era curta, era essa, mas esperava que tivesse contribuído para a discussão. -----

----- **Membro João Morais (BE)** esclareceu que a recomendação não pretendia ser algo que era executável por si mesmo, carecia de definição posterior de regras. O que se pretendia era uma declaração de princípio, uma clarificação e uma adoção do princípio, tal como a ERC fazia. -----

----- Em relação ao que tinha sido dito sobre o formato, a ERC dava um conceito muito amplo do que considerava dever estar ao abrigo dessa diretiva, incluía revista e incluía também uma eventual plataforma eletrónica. Era muito claro que a ERC não pretendia limitar-se a um conceito ou uma forma de tudo o que fosse publicação periódica autárquica. -----

----- Naturalmente que uma declaração de princípio não podia ser posta de parte em virtude da dificuldade da sua implementação. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha lido a diretiva da ERC e a ERC escolhia o verbo que colocava no ponto 8 – a), que não fora citado pelo BE, que citava o ponto 8 e com imprecisão. O que a ERC dizia era que “esse espaço de pluralidade poderá ser...” através de uma revista. Para a ERC a discussão estava em aberto, não havia uma diretiva no sentido de haver espaço de pluralidade num ou outro sítio, a ERC não fechava essas possibilidades. -----

----- Truncar a diretiva da ERC para tentar produzir um resultado político era uma coisa que não devia ser admissível numa discussão num patamar de seriedade. O que a ERC recomendava era que fosse uma solução possível, “poderá ser”, não dizia “deverá ser” ou “terá que ser”. Seguramente que a ERC tinha escolhido adequadamente o verbo que queria. -----

----- Aquilo que quisera dizer na sua intervenção e mantinha era apenas que isso devia ser amadurecido, não devia ser amadurecido com cadernos de encargos prévios, mas se fosse essa a decisão da Assembleia de Freguesia conviveriam bem com ela. A

comissão produziria o seu trabalho e o resultado seria próprio das recomendações e seria sempre tratado como recomendação.-----

----- **Membro Catarina Ferreira e Silva (PSD)** disse que as questões deviam ser dirigidas em concreto à ERC. Se calhar era mais fácil do que estarem a falar do que a ERC pretendia ou não. -----

----- Dizia isso porque trabalhava lá e sabia mais ou menos o que se passava e sugeria que as questões fossem dirigidas em concreto à entidade, o que seria mais fácil.-----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que compreendia algumas reticências quanto às comissões, mas pelo menos a outra comissão que tinha sido formada na Assembleia de Freguesia funcionara de forma bastante célere e eficiente.-----

----- Relativamente ao que o Membro do BE referira, se estavam perante uma questão de princípio, se estavam perante uma questão de afirmação de declaração de princípios de pluralismo e de equilíbrio no tratamento das forças políticas, então a recomendação do BE não precisava de ser tão específica e poderia, como dissera o Senhor Presidente, não referir especificamente a publicação da Freguesia, já que o objetivo era que o princípio fosse cumprido. Dessa forma manteria em aberto um trabalho de reflexão que todos pudessem fazer. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que o BE não se opunha à ideia da criação de uma comissão, mas essa comissão só fazia sentido se houvesse um acordo prévio, de acordo com o princípio de que devia haver uma participação no sentido do pluralismo na revista. Se não houvesse esse acordo, a comissão servir só para uma eventual comunicação eletrónica e manter a revista como estava, não sabia se isso faria sentido.

----- Mesmo que não existisse a recomendação da ERC, essa declaração de princípio podia ser adotada, podia e devia, era essa a opinião do BE, mesmo que a ERC nunca se tivesse pronunciado sobre isso. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que o Membro do BE não estaria a compreender o alcance do elemento literal da sua proposta, que condicionava a execução desses princípios do pluralismo e do equilíbrio de tratamento das forças políticas. Era isso que lia e parecia-lhe que mais Membros leram dessa forma. Não devia parecer estranha essa sua interpretação. -----

----- Parecia haver algum consenso no sentido de que era importante essa questão, ao assunto tinha sido dada a devida importância por todas as forças políticas representadas na Assembleia e continuava sem ver necessidade dessa vinculação por meio da revista, pela qual o BE fazia tanta questão. -----

----- Sendo a recomendação apresentada nesses termos, o PS votaria contra. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que o BE entendia ser uma recomendação justa e razoável. Aliás, tinha sido aprovada por unanimidade em termos equivalentes em algumas Freguesias de Lisboa e não fora colocado nenhum obstáculo. -----

----- O BE falava na revista porque era o que existia, não iam falar de uma hipotética publicação. Estavam a falar de algo concreto que existia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** comentou que esse pedaço de discussão muito interessante que tiveram de alguma maneira fazia lembrar a discussão que durava com muitos anos na Assembleia da República sobre as coberturas jornalísticas. As questões levantadas a propósito da ERC, etc., faziam lembrar o mesmo. -----

----- Estavam perante um daqueles assuntos que tipicamente nunca tinham um desfecho que fosse ao encontro daquilo que cada um entendia por pluralismo, por liberdade editorial, por equidade, por um conjunto de princípios abstratos todos respeitáveis mas de difícil convívio. -----

----- Não podia eximir-se a exprimir a sua opinião pessoal sobre a matéria e sobre a recomendação que era feita pelo BE. Votaria com toda a força contra qualquer

recomendação que explicitamente pretendesse que um boletim, que era uma peça de publicação institucional, passasse a ser uma espécie de Diário da Assembleia da República. Estava completamente contra essa ideia por todas as razões, inclusivamente por razões de ordem prática e operacional que tinham sido elencadas. -----

----- Nos raríssimos exemplos que o Membro João Morais referira em que aprovaram essa modalidade, dentro de três meses veriam onde essas aprovações tinham feito chegar os boletins, se era que os boletins ainda continuavam a subsistir dentro de três meses, como se resolveriam os problemas de dimensão, os problemas de distribuição de espaço, se todos tinham espaço igual, qual a relevância editorial que se dava, como se respeitariam os fechos, qual o critério editorial. Um boletim tinha um diretor e o diretor tinha que ter poder editorial sobre tudo o que lá aparecia, incluindo sobre artigos de opinião. -----

----- Perguntou como todas essas matérias se conseguiriam dirimir num espaço que era de comunicação institucional. -----

----- Parecia-lhe uma ideia perfeitamente poética, inexequível e que não contribuía em nada. Perdoassem-lhe essa expressão muito direta, porque dizia-o representando o partido que estava na maioria e diria do mesmo modo se estivesse na minoria. Não via no que isso poderia contribuir minimamente para os objetivos de um boletim. -----

----- Era evidente que tinha que haver algum equilíbrio e era pessoalmente favorável a que existisse um qualquer órgão, simpatizava com a proposta do PCP de haver um órgão e que até pudesse ter um âmbito um pouco mais alargado, que de alguma forma pudesse fazer o acompanhamento. -----

----- Pedia imensa desculpa ao Membro da Assembleia que pertencia à ERC, mas se alguém pensava que pedindo esclarecimentos à ERC iam chegar mais longe, tirassem daí o sentido, porque a ERC já estava tão assoberbada com tudo aquilo que tinha para fazer, quanto mais ter que estar a dirimir questões de todas as Freguesias que de repente aparecessem, não fazia mais nada. Tinha todo o respeito pela ERC, que isso ficasse entendido. -----

----- Pela sua parte, se fosse caso disso, subscreveria a proposta de criação de um grupo que tratasse de ver a forma, com que critérios, mas que não andasse também a enterrar os pés ou poderiam andar anos a discutir critérios abstratos, mas que pudesse daí resultar algo relativamente ao modo como o pluralismo devia ser encarado à luz de dois ou três princípios práticos e pragmáticos, que a seu ver só podiam ser resolvidos em sede de plataforma digital quando ela estivesse resolvida, quando estivesse operacional. Esperava que estivesse muito em breve, porque esse era o meio adequado. Aliás, era o meio que chegava a casa de mais gente, o meio mais livre, mais democrático, mais aberto e aquele que atingia mais pessoas, que não colocava tantos problemas do ponto de vista operacional e editorial como colocava uma peça escrita. Todos o compreenderiam. -----

----- O BE pretendia submeter à votação como estava. Recordava que nessa redação o que se propunha era que esses princípios de pluralismo, que depois teriam que ser informados de uma forma qualquer e teria que se criar um grupo para ver como se levaria essa recomendação à prática, se traduziam na publicação institucional da Junta de Freguesia. Era isso que estava em causa e era isso que seria votado. Seguidamente votariam a proposta feita pelo PCP para criação de uma comissão, a que chamara de Comissão de Trabalho Para o Pluralismo Comunicacional, que também teria que ter um regulamento e uma composição. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação a **Recomendação “Promoção do Pluralismo na Revista da Freguesia de Alvalade”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar**, com 9 votos contra, 1 voto a favor e 9 abstenções. -----

----- Submeteu à votação a **Proposta de constituição de uma comissão para apreciação do pluralismo comunicacional**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor e 2 abstenções. -----

----- **Membro Manuela Santos (PSD)** disse que interessava mais o objetivo da comissão do que o nome, pelo que não seria necessário atribuir-lhe um nome. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia, prevista na alínea e) do nº2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a Informação Escrita tinha sido distribuída atempadamente, todos teriam depositado nela o interesse que queriam depositar. Queria apenas salientar quatro aspetos: -----

----- Em primeiro lugar que tinha sido eleito o núcleo executivo da Comissão Social de Freguesia de Alvalade. Como tinham visto na última Assembleia de Freguesia, era já em número de instituições inscritas a maior Comissão Social de Freguesia da cidade e procedera na Biblioteca Nacional, por gentil cedência da Senhora Diretora Geral a quem aproveitava para cumprimentar, a Doutora Maria Inês Cordeiro, ao seu plenário e elegera o seu núcleo executivo. Começaria as suas atividades muito brevemente. -----

----- Por outro lado dera-se início, com atraso relativamente ao que estava planeado mas com grande sucesso, ao transporte solidário Porta-a-Porta, que se encontrava em teste mas já implementado no território da Freguesia e a recolher sugestões com vista à sua eventual melhoria. -----

----- Em terceiro lugar, gostava de salientar o desempenho das equipas de Alvalade nas Olissipiadas, que eram a recuperação dos Jogos de Lisboa. A Freguesia de Alvalade tinha-se empenhado, em conjunto com os clubes desportivos e com as escolas da Freguesia, no sentido de poder ter resultados desportivos satisfatórios em termos de participação nessa iniciativa. Num segundo momento empenhara-se em procurar que, para além da participação, os resultados desportivos pudessem levar orgulho às crianças da Freguesia do ponto de vista do seu desempenho. -----

----- Ficava um cumprimento muito especial e caloroso ao Senhor Vogal do Desporto, Ricardo Varela, porque ia contar um segredo que pedia para não contarem a ninguém nas próximas 24 horas: Alvalade tinha sido a Freguesia vencedora da primeira edição das Olissipiadas e no dia seguinte receberiam esse maravilhoso prémio nos Paços do Concelho, às 17 horas. -----

----- Na sua opinião não era um resultado qualquer, era um resultado que simbolizava um investimento decisivo na atividade desportiva e nas novas gerações da Freguesia, um trabalho muito sustentado de apoio aos clubes, às escolas e acima de tudo de interligação desses dois elementos do ponto de vista de proporcionar atividade desportiva às crianças. -----

----- Os grandes resultados atingidos tinham sido especialmente fortes naquelas modalidades em que foram implementados os projetos curriculares, designadamente natação. Ainda não tinham sido os atletas dos jardins de infância a disputar a competição, mas os atletas do Estrelas de São João de Brito, fortemente apoiado pela Junta de Freguesia. O ciclismo era uma modalidade em que tinham ganho todos os escalões. Portanto, o projeto curricular do ensino da bicicleta nas escolas do primeiro ciclo, que se pretendia expandir a todas as escolas no próximo ano letivo, tivera como resultado disputar numa perspetiva hegemónica as competições de ciclismo na cidade. Eram os ciclistas de Alvalade que dominavam integralmente a competição ao nível da Cidade de Lisboa. -----

----- Tinham sido grandes resultados na ginástica com o Clube Atlético de Alvalade e resultados noutras atividades desportivas. No próximo ano haveria seguramente capacidade de ter ainda mais atletas e de serem campeões em título a defender um grande troféu para a Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- No dia seguinte a Freguesia iria arrecadar o prémio monetário do Montepio Geral, de 50 mil euros, para a promoção da atividade desportiva. -----

----- Finalmente, na última Assembleia tinha apresentado um *teaser* do Lisbonweek, mas o Lisbonweek tinha decorrido no período a que dizia respeito a presente Informação Escrita e a única coisa que queria deixar, porque as imagens falavam mais do que mil palavras, era um pequeno vídeo de balanço do Lisbonweek. -----

----- (Neste momento foi apresentado um vídeo à Assembleia)-----

----- **Membro Joana Medeiro (PS)** disse que depois da passagem do vídeo era difícil elogiar o Lisbonweek mas a bancada do PS não queria deixar de referir o sucesso que tivera esse evento, muito pela sua organização e dinâmica e por ter permitido aos participantes conhecerem melhor a história da Freguesia. -----

----- Relativamente ao serviço Porta-a-Porta, gostava de colocar umas questões ao Senhor Presidente, algumas dúvidas e eventuais melhorias que pudessem ser efetuadas. A primeira era perceber por que razão a carrinha não entrava no Parque da Saúde, porque não existiam paragens fixas identificadas nas paragens de autocarro, porque não estava o circuito pintado no chão e por que razão a carrinha não circulava nos dois sentidos. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que queria colocar uma questão a propósito de uma omissão na Informação Escrita. Relativamente ao Estatuto do Direito de Oposição a Lei falava de um relatório que devia ser realizado pelos órgãos executivos das autarquias locais até ao final de março do ano subsequente. A questão era se esse relatório tinha sido executado ou estava em execução e quando seria apresentado aos titulares do direito de oposição. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que efetivamente o Estatuto do Direito de Oposição previa um relatório em que devia ser dada nota das iniciativas de cumprimento das disposições desse estatuto, que no que dizia respeito às autarquias locais era apenas audição relativamente à elaboração de Orçamento e Plano de Atividades. -----

----- Tinha tido com o Membro Valdemar Saigado, em lugares contrários, longas conversas sobre esse relatório. A conclusão a que chegava era que aquilo que esse relatório tinha a descrever era apenas a data, uma súmula porventura mal feita do que tinha sido o conteúdo dessas reuniões de auscultação relativamente ao Orçamento e Plano de Atividades. Era um relatório de meia página, dizendo que o BE tinha sido ouvido em tal data, o CDS tinha sido ouvido noutra, o PSD noutra. O essencial daquilo que foram os seus contributos tinham sido num sentido que os próprios partidos depois acabaram por veicular na própria Assembleia de Freguesia. -----

----- Na verdade, no corrente ano tinham prescindido da elaboração desse relatório. A ser criada a comissão do ponto anterior obrigaria a que de futuro fosse outro o conteúdo do relatório, implicaria que tivesse nele descrito em março próximo o resultado do que fosse o trabalho realizado por essa comissão, mas o conteúdo era tão restrito e acabava por estar melhor plasmado nas próprias atas da Assembleia de Freguesia do que num relatório sobre reuniões que precederam, em que os partidos manifestavam posições que depois ficavam claras na Assembleia de Freguesia. Parecia uma redundância de aplicação meramente formal do Estatuto do Direito de Oposição. -----

----- O Membro João Morais poderia ler com a atenção que quisesse, não o conhecia melhor do que no seu caso porque tinha estado quatro anos na oposição no Campo

Grande e se havia tema que realçara, o Membro Valdemar Salgado testemunharia, era mesmo esse.-----

----- Do ponto de vista material era do que se tratava, o relatório iria retratar o que acabara de dizer em minuto e meio e parecia uma redundância absolutamente inútil em face daquilo que era o conteúdo da própria Assembleia de Freguesia do debate do Orçamento e em que, na verdade, todos os partidos manifestaram a posição que tinham tido nessa reunião.-----

----- Agradeceu as palavras relativamente ao Lisbonweek.-----

----- Quanto ao Porta-a-Porta, como explicara, estava em fase de testes e estavam no momento a receber contributos diversos. Era curioso, porque fora uma política bem acolhida mas que dera origem a contribuições muito interessantes por parte da população e de organizações que enviavam sugestões de grande nível e de grande qualidade para a melhoria do serviço Porta-a-Porta. Umhas eram financeiramente atendíveis, outras porventura não se justificavam.-----

----- O Parque de Saúde tinha lá dentro uma viatura que fazia o transporte desde o portão até pelo menos ao Centro de Saúde e Unidade de Saúde Familiar de Alvalade. Infelizmente não tinha estado sempre funcional. A opção que se tinha feito era de que o Porta-a-Porta parasse pelo menos à porta do Centro de Saúde para que as pessoas pudessem descer, entrar dentro do campus do parque de saúde, tomarem o transporte que o Ministério da Saúde proporcionava e fazerem através desse transporte a deslocação depois dentro do parque.-----

----- Talvez fosse possível pedir autorização à administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico para esse efeito, mas aquilo que a Junta sentia era que não se devia substituir ao Ministério da Saúde nas suas obrigações e no nível de serviço com que as concretizava.-----

----- O facto de não haver paragens fixas tinha a ver com a natureza do próprio serviço Porta-a-Porta e o conceito de percurso fixo com paragem variável. O Porta-a-Porta parava exactamente onde fosse interpelado o motorista para parar, desde que houvesse condições de segurança para ser realizada essa paragem. Isso podia ser no início de uma rua para um utente, no fim da rua para outro utente num dia distinto. O conceito vivia sem paragens, no sentido de não se assemelhar, porque não era, a uma substituição integral do transporte público tradicional. Era um suprimento ao transporte público tradicional, em que a Freguesia infelizmente tinha que suprir trajetos que tinham carreiras de transporte tradicional e que foram suprimidas pela Carris no passado, como era o caso da carreira 21, que também se discutia muito amiúde na Assembleia de Freguesia do Campo Grande.-----

----- Quanto ao circuito pintado no chão, como se fizera por exemplo nos Olivais, era interessante mas se sucedesse a circunstância de se querer fazer ajustes ao circuito tinha que se despintar um trajeto e repintar outro. Enquanto não houvesse uma estabilização definitiva do que viesse a ser o circuito do Porta-a-Porta, o circuito atual estava em avaliação da sua dinâmica pelo menos durante um ano, achara-se por bem não pintar, não fazer marcas físicas no território que pudessem obstar à própria evolução dinâmica do circuito e à sua adequação às sugestões feitas.-----

----- O caminho nos dois sentidos implicaria duas viaturas e dois motoristas e no momento não havia disponibilidade para isso. Ainda se estava a recrutar, do mapa de pessoal aprovado, o motorista que ainda não existia em termos de mobilidade, não havia nenhum candidato de mobilidade de fora da Freguesia e o único dentro da Freguesia era de um serviço onde não se podia dispensar nessa fase. Portanto, a aprovação dessa mobilidade era condicionada ao recrutamento de uma pessoa para substituir do seu serviço de origem. No momento estava o único motorista de que a Junta dispunha e que

habitualmente fazia transportes diversos e apoio aos serviços gerais, designadamente vitrinas e transportes de materiais, estava ao serviço do Porta-a-Porta e com algum prejuízo do funcionamento dos serviços gerais. Tinha que fazer alguma ginástica no sentido de conseguir assegurar o funcionamento normal.-----

----- O que não queriam era uma coisa que tinha acontecido nessa semana, em que receberam um ofício da Carris a perguntar se havia serviço Porta-a-Porta, quais eram as suas características, qual o trajeto que fazia. As instruções que tinha dado aos serviços eram para total recusa de resposta à Carris nesse domínio.-----

----- A Carris não podia entender o serviço de transporte solidário que as Freguesias, com esforço financeiro, protagonizavam como um fenómeno de substituição do seu dever de assegurar uma cobertura adequada de carreiras no contexto da cidade. Isso não podia acontecer e não seria pela Junta que iria saber quais as carreiras mais que poderia suprimir em função do Senhor Francisco ter uma carrinha de nove lugares que circulava no território. Isso estava fora de questão, descobrissem sozinhos.-----

----- A própria atitude da Carris de se interessar por esse tema provocava profundas reservas e preocupações e era muito bom que rapidamente a ideia de subconcessionar os transportes públicos a privados em vez de os colocar sob a égide das autarquias locais, para adequar aquilo que eram as verdadeiras necessidades de mobilidade das populações, era bom que isso fosse rapidamente para a frente e em boa hora o Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa permitira as condições para que não houvesse nenhum desastre nessa matéria.-----

----- **Membro Pedro Bastos (PCP)** saudou a Junta de Freguesia de Alvalade pelo primeiro lugar nas Olimpíadas e o seu camarada Ricardo Varela pelo excelente trabalho que tinha feito na área do desporto.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** associou-se a essa homenagem.-----

----- Disse que era sempre bom ficar em primeiro lugar nas Olimpíadas e ter-se um prémio pecuniário.-----

----- **Ponto 2 – Eleição de Vogal para a Junta de Freguesia de Alvalade;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** informou que a Vogal Ana Cláudia Oliveira, por motivos académicos e profissionais, manifestara indisponibilidade para continuar a exercer as suas funções na Junta de Freguesia e o desejo de retomar o seu mandato na Assembleia de Freguesia, como era de direito. Incumbia ao Presidente da Junta de Freguesia, nos termos da Lei, propor à Assembleia de Freguesia, de entre os seus Membros, um nome para substituir a vacatura definitiva verificada no Executivo.-----

----- Era sua intenção propor o nome da Membro Margarida Alexandra do Nascimento Afonso, por circunstância Segunda Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia e que deixaria de ser se merecesse a confiança da Assembleia de Freguesia. Portanto, pedia desculpa ao Senhor Presidente da Assembleia pelo rombo que lhe causava se essa proposta, como esperava, tivesse o acordo dos Membros da Assembleia de Freguesia. -

----- Submetia essa proposta à Assembleia com o desejo de que considerassem ser a pessoa adequada, como no seu caso considerava, em virtude até da sua longa experiência autárquica.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação, por voto secreto, a **eleição de Margarida Alexandra do Nascimento Afonso como Vogal do Executivo**, tendo sido obtido o seguinte resultado: **10 votos SIM e 9 votos brancos.**-----

----- Seguidamente, disse que não podia ficar sozinho na Mesa e tinha um método para propor *ad-hoc* até ao fim da sessão. Na próxima sessão incluiriam a eleição de um novo Membro da Mesa, que constaria da ordem de trabalhos.-----

----- O Regimento nada dizia sobre a forma de se fazer e tinha dois métodos. Tinha um método prático de sugerir um nome para estar a o seu lado até ao fim da reunião. Se todos aceitassem esse nome dispensavam-se mais votações.-----

----- O nome que tinha para sugerir, por todas as razões que imaginavam e pelo apreço pessoal que tinha, era o do Membro Valdemar Salgado.-----

----- (Não havendo qualquer manifestação em contrário, neste momento o Membro Valdemar Salgado assumiu o lugar de Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia).

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 120/2015, relativa à alteração de repartição de encargos, aprovada em 19/9/2014, referente ao concurso público com publicidade internacional para aquisição de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes;**-----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que para aqueles que eram ou tinham sido Membros da Assembleia Municipal de Lisboa, era uma proposta pela qual tinham passado os olhos centenas de vezes nos seus mandatos, mas para os restantes Membros da Assembleia de Freguesia era a primeira vez que se fazia uma revisão da repartição de encargos. Portanto, explicaria a natureza da proposta e depois os seus detalhes deliberativos.-----

----- Tinha sido aprovado pela Assembleia de Freguesia em 19 de setembro de 2014 um conjunto de compromissos financeiros plurianuais para a manutenção dos espaços verdes nos montantes repartidos pelos anos económicos de 2015, 2016 e 2017, de 325333,33 euros. Todavia, da própria tramitação do concurso público internacional, que era um dos procedimentos mais complexos do Código dos Contratos Públicos e era sujeito a um conjunto de vicissitudes várias, de audição dos diferentes concorrentes, por aí fora, nas etapas próprias definidas pelo Código dos Contratos Públicos, demorara um pouco mais do que estava previsto e os contratos na sequência desse concurso público internacional foram assinados por volta de 14 ou 15 de maio, donde a previsão de duração de 36 meses desses serviços tinham uma planificação diferente do caderno de encargos original, como aliás era normal e seria habitual em diversos procedimentos de futuro na Assembleia de Freguesia.-----

----- A deliberação visava duas coisas. Primeiro reduzir o montante que estava autorizado pela Assembleia de Freguesia despende, porque da submissão à concorrência do preço base surgira uma poupança que reduzia o conjunto do dispêndio para o triénio de 976000 euros para 629753, 19 euros, o que representava uma poupança muito significativa.-----

----- Devia verificar-se que essa poupança não impactava o nível de serviço, porque o problema da contratação pública atual era mesmo esse. Disputava-se por preço, esmagavam-se as margens e depois havia um dia-a-dia muito complicado no relacionamento com os fornecedores, o que obrigava a uma energia muito grande. Havia essa energia dos serviços no sentido de assegurar que todas as cláusulas do caderno de encargos eram corretamente cumpridas e, as que não eram, que fossem sujeitas às soluções contratuais previstas. Na verdade, o dispêndio ao nível do território verde que estava nos lotes desse procedimento seria ainda inferior, havendo soluções contratuais, àquele que ali estava.-----

----- A repartição pelos 36 meses de duração, que tinha uma pequena porção afeta ao ano 2018, até maio de 2018, o que ultrapassava o mandato do atual Executivo, mas também era o necessário para que um próximo Executivo, querendo adjudicar serviços através de um procedimento com a robustez e complexidade do concurso público internacional, tivesse o tempo suficiente para tomar posse, tomar nota da realidade e definir a estratégia que entendesse, incluindo essa se fosse o seu desejo. Deixava uma margem para a gestão de futuros Executivos relativamente às opções que tomassem na

contratação pública ao nível dos espaços verdes. Esperava que não fossem por nenhum motivo mais ligeiras do que aquelas que o atual Executivo decidira adotar.-----

----- A contratação pública, cumpridas todas as regras, era complexa, era invisível do ponto de vista da notariade que tinha nas populações, mas era fundamental e aos autarcas cabia terem energia para resistir a determinadas tentações de vária ordem e cumprirem escrupulosamente esse tipo de procedimentos.-----

----- Parecia-lhe que teria sido o primeiro concurso público internacional levado a efeito numa Freguesia, de Lisboa certamente, do resto do País não se aventurava, de acordo com a informação do Jornal Público talvez tivesse sido mesmo o primeiro concurso público do mandato, depois da reorganização administrativa. Estava muito satisfeito por terem conseguido levar esse empreendimento até ao fim e já estava em execução no terreno. Uma vez aprovada a repartição de encargos, o processo seria submetido ao Tribunal de Contas para visto prévio.-----

----- (Neste momento assumiu o lugar na bancada do Partido Socialista a Membro Ana Catarina Soares de Albergaria Moreira e Lopes)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 120/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização de celebração de Protocolo com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nos termos da Proposta nº 127/2015;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por fazer uma declaração de interesses, visto ser funcionário docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Nesse sentido, dizer que nada tinha a acrescentar à sua condição de assistente convidado, em termos de benefícios por parte da faculdade de Direito, que ficasse isso claro. Todavia, a votação seria da Assembleia e não sua e, portanto, estava desse ponto de vista desresponsabilizado.-----

----- O protocolo tinha as características de alguns outros que tinham celebrado, de grande abertura para servir de “chapéu-de-chuva” a iniciativas concretas que eram realizadas em conjunto pela Junta de Freguesia de Alvalade, outros parceiros e a Faculdade de Direito. Isso já tinha acontecido em concreto no passado, com o apoio da Junta de Freguesia de Alvalade ao Festival FDUL Experience, um festival cultural de abertura do ano letivo na Faculdade de Direito.-----

----- A Junta tinha dado algum apoio ao nível do transporte de obras de arte da Faculdade de Belas Artes para a Faculdade de Direito, algum apoio ao nível da higiene urbana no recinto exterior de espetáculos que fora montado nas traseiras da Faculdade de Direito, em terrenos da Universidade de Lisboa, e dera também algum apoio à divulgação das iniciativas desse festival. Portanto, eram apoios dentro das possibilidades da Freguesia.-----

----- Era o momento de aprofundar essa colaboração, que tinha sido também com o Gabinete de Consultadoria Jurídica que a Faculdade de Direito recentemente constituíra ao nível de algumas questões mais complexas de direito das autarquias locais que se colocavam no dia-a-dia, em especial no domínio da legislação do trabalho em funções públicas, que tinha sofrido alterações e levantado questões importantes que a Faculdade de Direito contribuía para esclarecer.-----

----- Também se pretendia, com o novo Centro de Arbitragem e de Resolução de Conflitos que a Faculdade inaugurara semanas antes e que podia ser um bom instrumento para dirimir de forma alternativa litígios, por exemplo, ao nível da responsabilidade civil da administração, que no contexto das novas competências da Freguesia de Alvalade seria um setor em crescimento, designadamente nas questões

relativas a arvoredo e por aí fora. Portanto, era mais elegante dirimir em meios alternativos e preferira-se por isso uma instituição de reconhecido mérito, ainda por cima localizada na Freguesia, do que convidar as pessoas a instaurar ações nos tribunais administrativos que demorassem oito anos, eventualmente, a darem ressarcimento do que quer que fosse. Era uma maneira das coisas serem avaliadas por personalidades imparciais e sem qualquer espécie de interesse no litígio. -----

----- Por outro lado, a Junta de Freguesia tinha muito interesse em recrutar estagiários de verão que tivessem frequentado a disciplina de Direito Administrativo 3, que era o direito da contratação pública atualmente do ponto de vista do seu conteúdo funcional, que pudessem querer aprender de uma forma prática aquele que era o contexto da contratação pública na perspectiva da administração, porque muitas vezes o que acontecia nos estágios de verão nas formações da área do Direito, e havia na Assembleia muitos juristas que sabiam disso, que eram feitos apenas do lado das sociedades de advogados e muitas vezes os formandos ficavam só com a percepção da realidade na ótica do adjudicatário e não ficavam, aqueles que tivessem especial vocação de serviço público, com uma dimensão que lhes permitisse ter algum enquadramento e conhecimento mais profundo para no futuro, porventura, serem autarcas, serem técnicos superiores juristas do lado da administração, ou advogados ou juizes, mas com sensibilidade e com experiência concreta da realidade prática do dia-a-dia da contratação do lado da administração pública. -----

----- A Faculdade também tinha manifestado muito interesse nessa dimensão e provavelmente, após a assinatura do protocolo, esperava que se concretizasse no verão do ano corrente. -----

----- Os estagiários eram escolhidos pela própria Faculdade de Direito, que mantinha essa prerrogativa em todas as saídas profissionais. Até nos estágios que eram protagonizados na Presidência do Conselho de Ministros, a Faculdade de Direito nunca tinha abdicado historicamente da prerrogativa de seleccionar o aluno que indicava para esse estágio. Tinha havido tentativas de diversos governos para que não fosse um ou outro candidato, por se saber que o jovem militava numa ou noutra juventude partidária. Isso tinha-se passado em concreto e a Faculdade nunca abdicara dessa prerrogativa e a Junta de Freguesia de Alvalade nunca obstaria a que não abdicasse, como era evidente. A Faculdade escolheria os estagiários para esse tipo de percursos, como aliás tinha sido o caso nas restantes iniciativas com o Instituto Superior de Economia e Gestão e com a Universidade Lusófona em protocolos aprovados na Assembleia de Freguesia no passado e que já estavam em vigor. -----

----- Pareciam-lhe óbvias as vantagens, quer para a Faculdade de Direito, quer para a Junta de Freguesia de Alvalade, em que houvesse cooperação nesse domínio, porque permitia satisfazer um conjunto de necessidades importantes também da Freguesia na sua atividade corrente. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que tinha umas perguntas iniciais a fazer ao Senhor Presidente Sendo assistente convidado da Faculdade de Direito, gostava que lhe deixasse claras algumas questões:-----

----- Se esse protocolo tinha partido da Junta de Freguesia de Alvalade a pedido da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ou o inverso; -----

----- Depois, em relação aos putativos candidatos a estágio, o Senhor Presidente referia que seria a Faculdade de Direito a escolher os estagiários, mas queria saber qual era o órgão que escolhia, se era o Conselho Diretivo ou algum órgão em particular. Essa sua dúvida prendia-se com o direito à pluralidade e também à idade dos diferentes alunos que lá estavam. O Senhor Presidente sabia que no seu caso era aluno do último ano

dessa Faculdade e ambos sabiam que havia situações que funcionavam muito bem e outras que poderiam funcionar muito melhor. -----

----- A Terceira e última questão em relação aos protocolos, ficava ainda surpreso porque cada vez mais faziam protocolos, e ainda bem que os faziam, mas já o grupo parlamentar do PSD tinha feito o alerta sobre se a Junta de Freguesia e o seu Executivo tinham interesse em fazer esses protocolos, que eram bem-vindos, a razão de ainda não estabelecerem às restantes faculdades existentes na Freguesia e ao Instituto da Universidade de Lisboa mais conhecido por ISCTE. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse, sobre a questão de quem tinha partido, que era uma pergunta do nível se viera primeiro o ovo ou a galinha. Esse protocolo era conversado ao longo do tempo entre protagonistas da Faculdade de Direito e da Junta de Freguesia de Alvalade e não lhe parecia que conseguisse identificar em concreto o momento em que se manifestara a primeira vontade de avançar com esse protocolo. ----

----- A primeira reunião que tivera com o Senhor Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o Senhor Professor Jorge Duarte Pinheiro, já fazia bastante tempo. Vicissitudes próprias da Faculdade de Direito atrasaram o processo e a própria dinâmica da Junta de Freguesia de Alvalade. Tinha sido recentemente retomada essa vontade que já estava identificada, mas não sabia dizer nem via qual era o interesse, podia dizer com toda a frontalidade, se era primeiro a Faculdade de Direito ou a Junta de Freguesia de Alvalade. Tinha sido um contacto entre os dois principais dirigentes dessas instituições para levantamento de oportunidades e surgira a celebração desse protocolo de forma perfeitamente natural. -----

----- Não fazia ideia de qual era o órgão da Faculdade que escolhia e não tinha que saber, nem o Executivo se devia intrometer nessa matéria. Do próprio princípio da autonomia universitária e da liberdade de aprender e ensinar e daquilo que esclarecera sobejamente na sua intervenção inicial, resultava que se ia respeitar a indicação da Faculdade de Direito à Junta de Freguesia e, evidentemente, não se ia intrometer na organização interna da Faculdade de Direito no procedimento de seleção que quisesse encetar. Não dizia respeito à Junta de Freguesia de Alvalade, dizia respeito à Faculdade de Direito, com a qual tinham uma relação enquanto entidade externa. Como depois se organizava internamente para fazer a comunicação da indicação do estagiário, era coisa em que a Junta de Freguesia de Alvalade não se devia intrometer. -----

----- Devia, aliás, haver uma perfeita consciência do que era a separação de papéis. Também conhecia o funcionamento interno dos órgãos na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e arrepiava-lhe a ideia de condicionar as suas intervenções enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade em função desse seu conhecimento que derivava de um papel completamente distinto daquele que desempenhava na Junta. Portanto, não ia interferir na seleção, nem o Executivo o iria fazer, nem queria saber qual era o modo como a Faculdade de Direito desempenhava o exercício da sua autonomia. Chocava-lhe, aliás, a ideia de que pudesse ser de outra maneira. -----

----- Tinha ficado surpreso porque o grupo parlamentar, uma adjetivação curiosa porque não era um parlamento, porque não se celebrava com outras faculdades da Universidade de Lisboa e com o ISCTE. Relembrava que esse não era o sentido da primeira intervenção do Membro Francisco Bento, não estava a ser rigoroso na forma como concatenava as intervenções sobre essa matéria. A primeira intervenção sobre protocolos, lembrava-lhe, não era por que razão não se celebrava com o conjunto das faculdades da Universidade de Lisboa e com o ISCTE, era porque só se celebrava até determinado momento com entidades ligadas à COFAC e à Universidade Lusófona. O que estava a fazer era uma reconstrução daquilo que era o seu pensamento original

sobre essa matéria, porque como o Executivo já estava a fazer aquilo que era sua pretensão que fizesse à época, obrigava a que, para não ser desautorizado pela força das circunstâncias, tivesse que tentar dar um toque naquilo que era na verdade a sua posição, para acomodar realidades àquilo que lhe convinha do ponto de vista retórico para uma nova teoria, que era questionar por que não se fazia com todas as faculdades da Universidade de Lisboa e com o ISCTE. -----

----- O objetivo seria celebrar com o conjunto da Universidade de Lisboa e não com cada faculdade em concreto, mas não tinha sido ainda possível porque o diálogo com a Universidade de Lisboa tinha uma profundidade que transcendia a celebração de um protocolo dessa natureza, até que se esclarecessem temas tão complexos como a questão da titularidade dos terrenos da Cidade Universitária, que o atual Governo decidira no momento da fusão considerar que se transferia do domínio público do Estado para o domínio privado da Universidade um conjunto muito significativo de lotes, incluindo os arruamentos e a Universidade, titular desse território todo, preocupava-se com os problemas da sua manutenção. -----

----- Enquanto houvesse temas dessa complexidade, que afetavam o relacionamento da Universidade com o Município de Lisboa, com o Estado e com a Freguesia de Alvalade, era mais difícil fazer a celebração de um protocolo para o conjunto da Universidade de Lisboa. Portanto, ia-se fazendo com quem estava disponível e manifestava intenção de celebrar esse tipo de protocolos, o que tinha acontecido com o IGOT, com o ISEG, com a Faculdade de Ciências seria porventura o próximo, com a Faculdade de Direito e talvez outras se pudessem juntar. -----

----- Com o ISCTE não tinha havido ainda contactos ao nível institucional, porventura essa oportunidade chegaria. Se calhar o ISCTE sentia-se menos impregnado no território da Freguesia de Alvalade por se encontrar sobre a fronteira, era uma possibilidade, mas nada movia contra o ISCTE, muito pelo contrário. Podia dizer que razões muito profundas da sua vida familiar o tinham ligado sempre ao ISCTE e não tinha qualquer espécie de acrimónia em relação a essa instituição. -----

----- O que não faziam era celebrar protocolos a torto e a direito que depois não se concretizavam em nenhuma ação palpável. Estar a celebrar protocolos com instituições em relação às quais ainda não estava identificada uma parceria concreta que fosse de interesse recíproco, isso não faziam. -----

----- Pedia desculpa se tinha sido duro nas palavras, mas não podia deixar de posicionar. Levava a história muito a sério e essas coisas tinham que ser claras. As posições deviam ser coerentes ao longo do tempo, o que não valia era ir flexibilizando as posições de maneira a conseguir manter uma crítica, nem que a crítica fosse sempre fugindo à frente da realidade. Isso não era muito curial e, com toda a franqueza e respeito que lhe merecia o Membro Francisco Bento, até como estudante da Faculdade que partilhavam, não podia deixar de dizer. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que havia uma questão mencionada pelo Senhor Presidente da Junta que não correspondia à realidade. Nos primeiros protocolos feitos com a COFAC, aquilo que tinha dito era a necessidade, uma vez que estavam a fazer com a Universidade Lusófona, na altura perguntara por que não fazer também com as outras universidades, fosse a Faculdade de Direito, a Faculdade de Psicologia ou a Faculdade de Letras, eram todas integradas na Universidade de Lisboa e a maior parte das faculdades estavam dentro do território da Freguesia. -----

----- Tinha falado do ISCTE como quem falava de outro instituto qualquer. Felizmente já tinha passado por diferentes faculdades e não estava a “puxar a brasa” a nenhuma. Se tivesse que o fazer era àquela onde estava a tirar mais uma licenciatura, mas não era isso que estava em questão. -----

----- Não tinha mudado a sua forma de pensar. O que tinha referido nas primeiras Assembleias era que sim, concordava com esses protocolos desde que levassem valor e acreditava que na Faculdade de Direito de Lisboa existisse matéria suficiente e alunos suficientes que levassem valor também para a Junta de Freguesia, que também formaria esses futuros técnicos, mas não se podiam esquecer que havia outras faculdades que tinham futuras licenciaturas que interessavam. -----

----- O ISCTE era um instituto mais virado para a economia e a gestão e também interessava a qualquer organização. Não queria dizer que as outras faculdades de ciências fossem menos importantes, mas queria reiterar que sempre fora aberto a esses protocolos desde que eles fossem feitos com equidade e dando oportunidade aos outros para fazer, não era a Junta ir atrás de uns e não atrás de outros. -----

----- Aquilo que lhe tinha parecido, e corrigissem se tivesse interpretado mal, era que a Junta de Freguesia ia à procura dos protocolos e tinham que ver também junto dos outros se tinham necessidades e se queriam estabelecer esses protocolos com a Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta de autorização de celebração de Protocolo com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nos termos da Proposta 127/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **Ponto 5 – Outros assuntos de interesse para a Freguesia;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que havia o compromisso de informar a Assembleia de Freguesia quando ficasse apurado o montante de investimento da Associação Jardins Escola João de Deus no equipamento da Rua Ernesto Vasconcelos e antes ainda da assinatura do protocolo já autorizado pela Assembleia de Freguesia. Tinha a informar que o montante apurado era de 218400 euros, acrescido do IVA à taxa em vigor. -----

----- Era isso que competia informar a Assembleia de Freguesia previamente à assinatura do protocolo, o que seria feito nos próximos dias. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Ata em Minuta** referente à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Concluída a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram vinte e três horas e quinze minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1.º SECRETÁRIO _____ 2.º SECRETÁRIO _____

----- O PRESIDENTE -----